

INVESTIGAÇÕES ACERCA DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO SOCIAL DA REDAÇÃO DO ENEM: RECORRÊNCIAS, RUPTURAS E APONTAMENTOS

Filipe Emanuel da Silva Henriques ¹; Marcos Cristhyam de Jesus Pereira da Cruz Rodrigues ²; Adilson Ribeiro de Oliveira ³; Ana Paula Mendes Alves de Carvalho ⁴; Denise Giarola Maia ⁵;

1 Filipe Emanuel da Silva Henriques, Colaborador Externo Voluntário, Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), Juiz de Fora - MG; filipeemanuel2001@gmail.com

2 Marcos Cristhyam de Jesus Pereira da Cruz Rodrigues, Bolsista PIBIC (IFMG), Administração, IFMG – Campus Ouro Branco, Ouro Branco – MG; mcjpcr003@gmail.com

3 Adilson Ribeiro de Oliveira, Campus Ouro Branco; adilson.ribeiro@ifmg.edu.br

4 Ana Paula Mendes Alves de Carvalho, Campus Ouro Branco; anapaula.carvalho@ifmg.edu.br

5 Denise Giarola Maia, Campus Ouro Branco; denise.maia@ifmg.edu.br

RESUMO

Este trabalho, inserido em uma pesquisa mais ampla denominada “*Análise de redações nota mil do Enem: constatações, apontamentos e perspectivas*”, busca investigar, em um panorama quali-quantitativo, a Competência V da redação do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), em que se avalia, dentre outros fatores, a proposição de uma intervenção social para o problema abordado no texto, alocado em uma proposta de redação, na qual o participante deve, além deste objetivo, elaborar um texto dissertativo-argumentativo. Diante disso, tendo como mote um *corpus* composto por exemplares de redações nota mil das edições 2013 a 2018 do exame supracitado, publicadas nas Cartilhas do Participante e disponibilizadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o foco da pesquisa está em analisar as variações que a proposta de intervenção social vem sofrendo ao longo dos tempos, buscando recorrências, rupturas e apontamentos, a fim de se construir um panorama textual de tais redações no decorrer dos anos. Para que os objetivos possam ser cumpridos, fundamenta-se nos aportes teóricos da Linguística Textual e nos documentos oficiais e orientadores da sistemática teórico-metodológico-avaliativa da redação do Enem. Além destes aspectos, analisa-se, por meio de uma linha do tempo, a evolução da proposta de intervenção e o comando solicitado ao participante na proposta de redação, como também um mapeamento do chamado respeito aos Direitos Humanos, a sua inserção na redação e as variações que tal mecanismo também sofreu. Como resultado, quando analisado o tratamento dos dados, chegou-se à conclusão de que houve uma variação na recorrência dos cinco elementos que compõem a proposta de intervenção social da redação do Enem: agente, ação, modo/meio, efeito e detalhamento, bem como a ausência da ocorrência de algum destes elementos nas edições do exame. Portanto, tais aspectos moldam o texto do exame supracitado bem como o seu ensino e aprendizagem e, progressivamente, endossam a construção da sua identidade e a sua relevância dentro do quadro educacional brasileiro, especialmente nas abordagens escolares da redação.

Palavras-chave: investigações, redação, proposta de intervenção social, Enem.

Área do conhecimento (CNPq): 8.00.00.00-2 Linguística, Letras e Artes.

A REDAÇÃO DO ENEM E A COMPETÊNCIA V: UMA BREVE INTRODUÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi criado em 1998 com o objetivo de avaliar a Educação Básica. Nesse cenário, dada a proporção tomada pelo exame ao longo do tempo, a escrita de textos tornou-se ferramenta imprescindível na formação de indivíduos que, por meio da prática de usos da língua, puderam – e podem – participar ativa e efetivamente da vida política, econômica e social no contexto da sociedade brasileira contemporânea.

Sendo assim, baseado na Matriz de Referência do Enem, a Competência V da redação exige do participante que ele possa “elaborar proposta de intervenção para o problema abordado, respeitando os direitos humanos” (BRASIL, 2019, p.5). Pode-se perceber, portanto, que tal exigência cumpre os Eixos Cognitivos III e V da referida Matriz, quais sejam:

III. Enfrentar situações-problema (SP): selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações-problema.

V. Elaborar propostas (EP): recorrer aos conhecimentos desenvolvidos na escola para elaboração de propostas de intervenção solidária na realidade, respeitando os valores humanos e considerando a diversidade sociocultural. (BRASIL, 1998, p.1)

Assim, tais Eixos Cognitivos caminham em conjunto com as competências da redação do Enem, as quais, desde a sua primeira edição, nunca teve alterações em sua matriz de competências. Mas e na escrita? Será que houve alterações e variações neste âmbito e na avaliação das competências como um todo?

Essas e outras perguntas, baseadas nos argumentos mencionados - e considerando a dimensão do exame - este trabalho busca levar em consideração, uma vez que respostas concretas não serão obtidas, mas sim caminhos para que se possa chegar a uma reflexão sobre tais perguntas. O trabalho trará, nos parágrafos seguintes, o mapeamento, a compreensão, bem como a análise das variações que a Proposta de Intervenção Social vem sofrendo ao longo dos tempos. Além disso, tendo como mote os documentos oficiais do Enem e também da Cartilha do Participante da Redação do Enem, documento em que um pequeno recorte das redações nota mil do exame é alocado, serão observadas a recorrência, a presença/ausência dos elementos exigidos na Proposta de Intervenção Social (agente, ação, modo/meio, efeito e detalhamento).

Portanto, com o *corpus* em mãos, foi possível encontrar as ocorrências dos elementos e perceber as variações das redações ao longo do tempo. Enquanto a matriz não se alterou, com as redações já houve o contrário. Há uma longa caminhada para uma redação completa, específica e bem detalhada, e a observação encontrada foi a seguinte: ao longo dos tempos, há uma especificidade nas propostas de intervenção social, alocadas, integralmente, na competência V.

Vejamos, nos próximos parágrafos, a construção desta competência.

DELINEAMENTO DA INTERFACE ENTRE A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO SOCIAL E OS DIREITOS HUMANOS: UMA BREVE INCURSÃO ANALÍTICA

Compreender ou mesmo traçar um panorama explicitador das principais características configuracionais e estruturais da Redação do Enem, enquanto sistema metodológico avaliativo, certamente, é uma reflexão que, para ser minimamente fundamentada, necessita de recortes específicos. Talvez, o primeiro deles tangencie a obrigatoriedade da construção e, além disso, do emprego da intitulada Proposta de Intervenção Social, já que é uma marca que singulariza o exame. Acerca disso, o Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) aponta que a prova de redação do Enem diferencia-se dos demais textos dissertativo-argumentativos exigidos em vestibulares aplicados em território nacional pelo fato de endossar, sistematicamente, que o participante prestador da prova de redação, a partir de suas vivências e de suas experiências no campo da cidadania, estimuladas pela prática educacional sobretudo, desenvolvam/proponham, sob forma escrita, medidas de caráter interventivo para o problema disposto como referencial de análise no tema (BRASIL, 2019). É possível depreender, diante do exposto, que “[...] a contribuição do Enem é de grande relevância para a formação cidadã, ao colocar em evidência a temática, e principalmente, ao mobilizar a comunidade escolar para a discussão e a busca de soluções para questões sociais [...]”. (TEIXEIRA, 2019, p. 126).

A prova de redação do Enem, ao inserir o uso da Proposta de Intervenção Social como critério metodológico intrínseco à Competência V, exige, conforme descrito por Abreu (2015), que o candidato transcenda, unicamente, a consolidação de uma síntese que retome aspectos e questões movidos no projeto de texto e na construção da argumentação. É mister compreender, pois, uma necessidade textual que urge não apenas a ratificação de argumentos já utilizados ao longo do texto, mas também, por intermédio do entendimento objetivo, concreto e amplo de problemas sociais, a consolidação de uma proposta, caracterizada, mormente, pelo ativismo e pelo engajamento social.

Logo, faz-se didática a internalização e a descrição do que se designa por direitos humanos, com o objetivo de criar bases conceituais sólidas, que servirão de alicerce e de eixo teórico para as análises subsequentes da forma como a Declaração Universal dos Direitos Humanos articula-se à denominada Proposta de Intervenção Social, item central na Competência V. Nessa lógica, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) concebe-a como um acordo/documento, a princípio, consolidado e proclamado em 10 de dezembro de 1948, que cumpre o propósito de estabelecer os direitos fundamentais, a igualdade e a liberdade da figura humana. (UNICEF, 1948). Os direitos humanos podem ser compreendidos como mecanismos que garantem a dignidade, a segurança e o bem-estar dos indivíduos, independentemente de condições relativas à raça, à etnia, ao sexo, à língua, à nacionalidade, ao poder aquisitivo, à posição socioeconômica. Pode-se analisar, tendo como sustentáculo as informações apresentadas, que o léxico “universal” não é empregado arbitrariamente, haja vista que os preceitos estabelecidos na declaração incidem sobre todos os cidadãos, sem nenhuma espécie de vilipêndiação e de exclusão humanitária, social e/ou cultural.

Diante desse cenário, faz-se imperioso externalizar que os direitos humanos, no *corpus* da grade de avaliação da redação, revestem-se não meramente em burocracias legais e institucionais, mas, para além desses aspectos constitucionais, em noções elementares da prática cidadã (ABREU, 2015). Cabe avaliar, aqui, que não há uma hierarquia e/ou juízo de valor entre os componentes elencados anteriormente, haja vista que ambos são de extrema valia nos contextos civilizatórios, isto é, na forma como os princípios de direitos e de deveres são geridos na manutenção da ordem e do bem-estar social. Nesse sentido, é imprescindível salientar que a fixação desse critério na Competência V, especialmente, reafirma o importante fato de que o Enem está ciente de relevantes políticas sociais destinadas à garantia de direitos basilares, pois, “ao valorizar essa questão, o exame está de acordo com os documentos oficiais que regem as políticas públicas internacionais e nacionais sobre essa temática”. (TEIXEIRA, 2019, p. 124).

Feita a abordagem social da competência V, deve-se admitir a importância do Enem em, além de exigir do candidato a formulação racional de uma estrutura textual que expresse todos os elementos e estimule o exercício e a consolidação de práticas sociais constitucionais, lícitas e desejáveis. Todos esses elementos são evidenciados, principalmente, na proposta de intervenção social, dada a sua natureza.

Analisando-se por este prisma, no momento em que elabora sua proposta de intervenção na redação, o candidato demonstra que é capaz de interligar um conjunto de conteúdos conceituais e procedimentais adquiridos em todos os processos formativos pelos quais passou, escolares ou não, em uma postura de conteúdo atitudinal que pode ser traduzida como a sua ação cidadã perante a realidade na qual vive. (ABREU, 2015, p. 101)

Assim sendo, Abreu (2015) descreve que a concretização de medidas interventivas revestidas em radicalismo, possivelmente, aponta para a existência de lacunas no sistema educacional, especificamente no processo de cristalização de posturas cidadãs. Tal tópico, portanto, merece atenção, já que o desrespeito aos direitos humanos “[...] não é tão somente uma questão de ofender, exibir preconceitos ou fazer apologia à violência. Esses comportamentos podem ser considerados crimes, de acordo com o Código Penal Brasileiro”. (BRASIL, 2019, p. 7).

Portanto, ao ferir os direitos humanos na proposta de intervenção do exame, atualmente, o participante será avaliado com nota zero na Competência V. Dito isso, tais princípios norteadores serão levados em conta na atribuição e avaliação das redações: “Dignidade humana; Igualdade de direitos; Reconhecimento e valorização das diferenças e diversidades; Laicidade do Estado; Democracia na educação; Transversalidade, vivência e globalidade; e Sustentabilidade socioambiental” (BRASIL, 2019, p.7,8). Assim, para analisarmos como esta avaliação ocorre na prática, eis um exemplo de proposta de intervenção que fere os direitos humanos:

Para prevenir o cidadão de tal erro, as publicações, reportagens, notícias e etc.; deve-se fiscalizar antes da publicação e caso haja intervenção na notícia verdadeira ou censuras em ideias realistas, o publicador deve ser punido com 1 ano de cárcere privado, sem ter direito a se comunicar com nada ou com ninguém através da internet. (BRASIL, 2019, p.8)

Diante deste exemplo e baseado na perspectiva adotada, a redação receberia nota zero pelo fato de o participante ter desrespeitado os direitos humanos.

A PROPOSTA DE INTERVENÇÃO SOCIAL E AS SUAS MUDANÇAS AO LONGO DOS ANOS

Desde a criação do Enem, no bojo de sua matriz, pode-se perceber que há um leque de aspectos linguísticos, estruturais, textuais e discursivos que compõem a nota final do participante. Diante disso, à luz da Competência V, a qual exige do participante a elaboração de uma proposta de intervenção para o problema abordado, esta passou por diversas modificações até chegar ao que hoje é denominado Proposta de Intervenção Social. Sendo assim, para que fosse possível chegar a essa conclusão, utilizou-se como análise as diretrizes dadas aos participantes nos anos de 1998 a 2018. Na imagem a seguir, representada por uma linha do tempo, observar-se-á, de forma resumida, as variações e os caminhos percorridos acerca da Proposta de intervenção.

Figura 1. Variações da Proposta de Intervenção Social.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Com a análise desta linha do tempo, pode-se perceber a variação que a Proposta de Intervenção Social trouxe nos documentos oficiais e no próprio comando utilizado na proposta de redação do Enem. No entanto, não foi só este requisito obrigatório na redação que foi sendo modificado. À guisa de informação, uma outra mudança, não contemplada na imagem acima, diz respeito à edição 2017, em que uma decisão do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) anulou um item do edital do Enem que determinava a nota zero para o desrespeito aos direitos humanos no Enem 2017 (G1, 2017). Diante disso, a partir das edições seguintes “deverão ser avaliadas no nível 0 da Competência V as redações que desrespeitarem, na proposta de intervenção, de forma explícita e deliberada, os direitos humanos afirmados na Constituição da República Federativa do Brasil” (BRASIL, 2019, p.7).

Nas próximas seções, busca-se compreender como esta variação contribuiu nas redações nota mil, principalmente no *corpus* já mencionado: as cartilhas do participante da redação do referido exame nas edições 2013 a 2018.

CONSIDERAÇÕES ACERCA DA PROPOSTA DE INTERVENÇÃO: ANÁLISE E APONTAMENTOS DOS ELEMENTOS

Nesta seção, busca-se, por meio dos dados extraídos das cartilhas do participante do Enem, a presença dos elementos da redação do Enem ao longo dos anos 2013 a 2018. Além disso, busca-se mapear a recorrência de tais elementos, com o número médio da sua recorrência, a análise detalhada e específica de cada elemento, bem como a sua distribuição percentual. Ao fim desta seção, será apresentado um apinhado geral com todos estes dados, com o fito de “resumir” todos os dados que aqui serão traçados.

Primeiramente, a presença do elemento “ação” na amostra de redações mapeadas está contida na proposta de intervenção social em 100% da amostra de redações nota mil analisadas, desde 2013. Essa informação extraída faz-se, absolutamente, esperada, quando lançamos um olhar de entendimento e compreendemos que o elemento primordial de uma medida a ser executada é a ação, tal qual o sol ocupa o centro do universo, no modelo heliocêntrico, de Copérnico. É cabível observar que a “ação” é o componente que orienta a proposta e que, também, demonstra ativismo e engajamento social.

Quando se observa o elemento “agente”, é indubitável que este, na proposta de intervenção social, cumpre o papel de delimitar a persona, a entidade, a organização responsável pela execução da(s) ação(ões) proposta(s). Nesse sentido, este elemento delimita e concede a responsabilidade social, econômica, política, cultural, educacional, científica às estruturas materiais e técnicas que compõem a sociedade. Quanto a esse elemento, é possível observar, no *corpus* das redações investigadas, que apenas na edição do Enem 2013, existiam propostas que não abrangiam o “agente” em sua composição. As demais edições (2014, 2015, 2016, 2017 e 2018) apresentaram, de forma absoluta, o “agente” como componente fundamental na proposta de intervenção social. Portanto, é imprescindível mencionar que esta oscilação pode estar diretamente ligada às variações apresentadas ao longo das versões do Exame anteriores acerca da proposta de intervenção que,

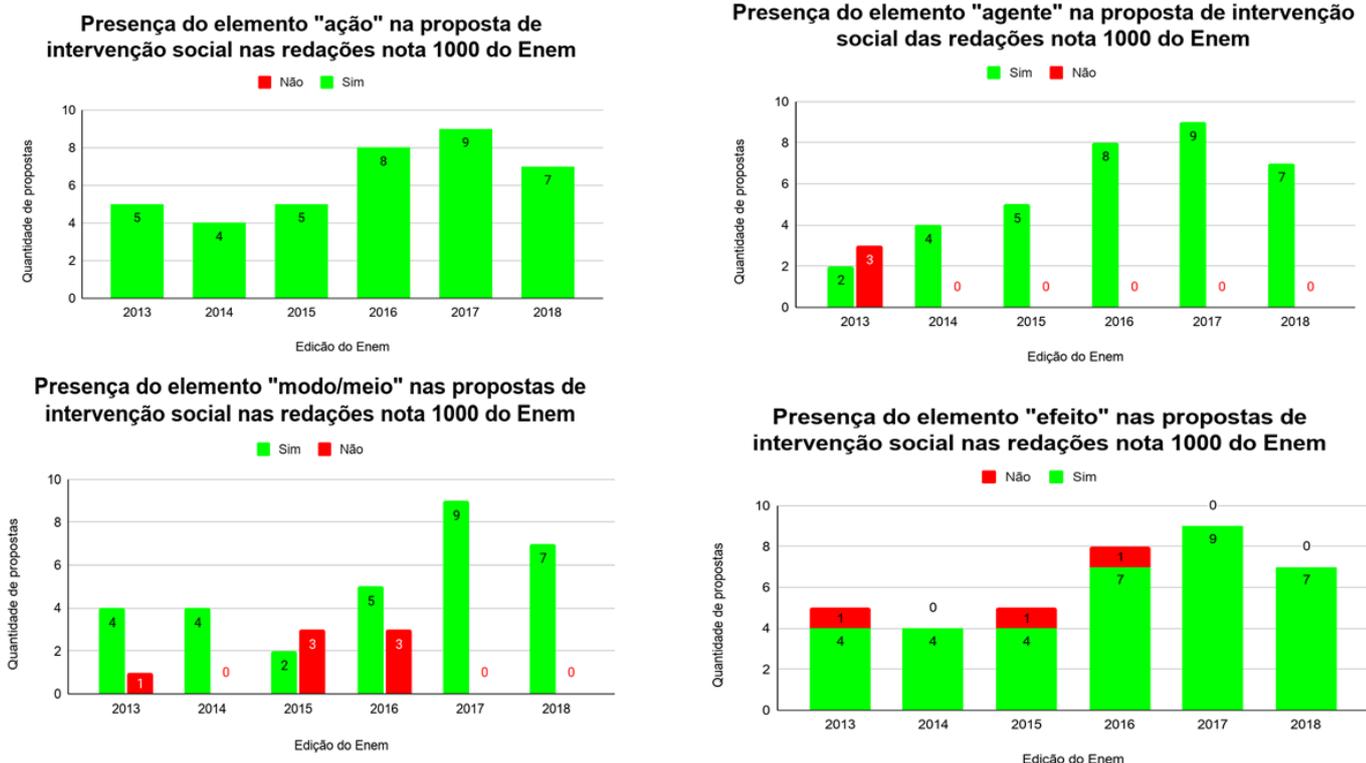
com o passar dos anos, foi sendo moldada até chegar aos dias atuais, em que é exigida do participante a presença obrigatória de cinco elementos.

O elemento “modo/meio” tem a função de dar um viés ao modo como determinada ação será conduzida. Baseado nesta afirmação, tal elemento não está presente em todas as edições da amostra analisada, principalmente nas edições 2013, 2015 e 2016, no entanto, ao analisarmos a partir do ano 2016, há uma evolução na quantidade dessas propostas, pois sua presença se deu em maior frequência. Diante disso, é importante mencionar que esse elemento não se apresenta de forma isolada na proposta de intervenção social das redações do Enem, sendo assim, outros elementos também se fazem presentes em uma proposta detalhada e bem elaborada.

Por esses fatores, o elemento “efeito” é utilizado como os resultados a serem esperados em determinada proposta, a finalidade ou mesmo a conclusão dela. Com base nisso, é possível concluir que após o mapeamento deste elemento, nas edições 2013, 2015 e 2016 algumas propostas de intervenção não apresentavam este mecanismo. No entanto, nas edições 2014, 2017 e 2018, todas as redações contemplavam tal recurso em seus textos.

À guisa de ilustração e verificação dos dados, divulgar-se-á, nas imagens abaixo, um “resumo” dos dados mencionados, acerca dos elementos que compõem a proposta de intervenção e sua presença/ausência no *corpus* analisado.

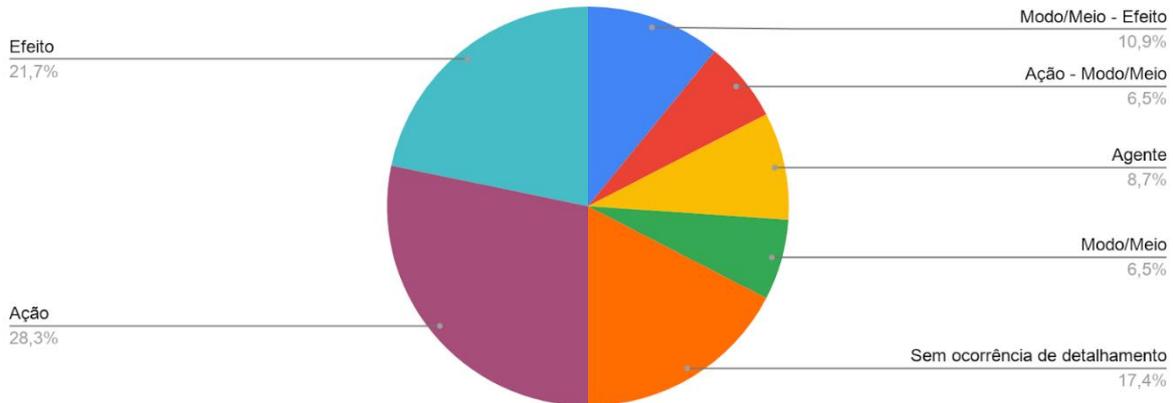
Figura 2. Análise e presença/ausência dos elementos da Proposta de Intervenção Social nas redações do Enem.



Fonte: Elaborado pelos autores.

No que diz respeito ao “detalhamento”, diferentemente dos outros elementos, é nele em que são utilizadas informações adicionais sobre os outros elementos já citados. No entanto, de acordo com o Inep, dá-se a mesma relevância ao detalhamento em relação aos outros elementos, já que, em conjunto, compõem uma proposta de intervenção detalhada e bem elaborada (BRASIL, 2019). O gráfico a seguir representa a presença deste recurso nas propostas de intervenção da redação do Enem e a sua ocorrência.

Figura 3. Distribuição percentual de detalhamentos recorrentes nas redações do Enem de 2013 a 2018.



Fonte: Elaborado pelos autores.

Faz-se necessário mencionar, a partir da análise do gráfico apresentado na Figura 5, que a ocorrência se deu, em grande parte, na “ação”, elemento imprescindível no contexto do Enem. Além disso, pode-se perceber que a não ocorrência do detalhamento se deu nas edições 2016, 2015 e 2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio deste estudo, com a análise de 38 redações, divididas em quatro Cartilhas do Participante, foi possível identificar as variações que a redação do Enem sofreu ao longo dos tempos, a começar do comando solicitado ao participante, em que, nas primeiras edições, não era solicitada a proposta de intervenção, depois veio a ser proposta de ação social e, atualmente, intervenção social. Diante disso, outras mudanças foram observadas, como a inclusão do respeito aos direitos humanos.

Sendo assim, a pesquisa se baseou nas redações nota mil presentes na Cartilha do Participante da redação do Enem e analisou, das edições 2013 a 2018, as propostas de intervenção social, requisito importante para se obter a nota máxima no Exame. Assim, a análise detalhada de cada elemento da proposta, seguida de sua recorrência nas redações, foi importante para se tecer algumas conclusões. A primeira delas é que a proposta de intervenção social segue alguns parâmetros para ser completa e detalhada, e tais requisitos são visíveis ao longo dos tempos. Pode-se dizer, portanto, que, ao longo dos tempos e com as variações que a redação tem passado, observa-se uma proposta que contemple a sua Grade Específica e que respeite os direitos humanos.

Os direitos humanos, quando delimitados enquanto prática educacional, pedagógica, metodológica integrante do bojo da matriz de avaliação da Redação do Enem, adquirem caracteres que extrapolam a simples adequação legal a acordos e a documentos que prescrevem, burocraticamente, políticas e programas sociais de garantia básica de condições determinantes para o desenvolvimento cognitivo, educacional e cultural dos indivíduos. Há de se considerar, a partir de uma lógica e de uma leitura críticas do fenômeno, que o Enem, na redação, especialmente, concede ferramentas, para que naqueles que prestam o exame sejam engendradas noções, comportamentos e posturas que refletem, para além da teoria, na vivência plena e, principalmente, na prática do que se entende por liberdade, dignidade e igualdade, expressões norteadores da existência da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Os próprios temas da redação propõem discussões de fomento ao pensamento crítico e à análise sistêmica de problemas e de questões sociais. Assim sendo, todos esses aspectos moldam o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) e, progressivamente, endossam a sua identidade e a sua relevância dentro do quadro educacional brasileiro. Por fim, é interessante ressaltar que o estudo não está finalizado e que novos encaminhamentos e propostas podem ser abordados, uma vez que a pesquisa terá a ampla divulgação científica e poderá contribuir em vários âmbitos educacionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

ABREU, Ricardo Nascimento. Exercício da cidadania e direitos humanos: as funções da competência V na redação do ENEM. In: SILVA, Leilane Ramos da; FREITAG, Raquel Meister Ko. (Org.). **Linguagem, interação e sociedade**: diálogos sobre o ENEM. João Pessoa (PB): Editora do CCTA, 2015, p. 97-108.

BRASIL. Governo Federal. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Enem - Inep**. Brasília, 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Ministério da Educação. **Documento Básico**. Brasília, 2002. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/484421/ENEM+-+Exame+Nacional+do+Ensino+M%C3%A9dio+documento+b%C3%A1sico+2002/193b6522-cd52-4ed2-a30f-24c582ae941d?version=1.2>. Acesso em: 14 dez. 2020.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Enem redações 2019**: material de leitura. Módulo 07. Competência V. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_basica/enem/downloads/2020/Competencia_5.pdf. Acesso em: 16 de jun. 2020.

BRASIL; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep): Ministério da Educação. **Enem 1998**: Caderno de Questões. Brasília, 1998.

BRASIL; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep): Ministério da Educação. **Enem 1999**: Caderno de Questões. Brasília, 1999.

BRASIL; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep): Ministério da Educação. **Enem 2001**: Caderno de Questões. Brasília, 2001.

BRASIL; Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep): Ministério da Educação. **Enem 2012**: Caderno de Questões. Brasília, 2012.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Matriz de Referência ENEM**. Disponível em: https://download.inep.gov.br/download/enem/matriz_referencia.pdf. Acesso em: 18 de jun. 2021.

G1. **Redação do Enem que ferir direitos humanos não pode tirar nem nota zero nem nota mil**; entenda. Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao/enem/2017/noticia/redacao-do-enem-que-ferir-direitos-humanos-nao-pode-tirar-nem-nota-zero-nem-nota-mil-entenda.ghtml>. Acesso em: 06 mar. 2021.

TEIXEIRA, Wagner Barros. Redação ENEM: um olhar para os direitos humanos. In: SANTOS-JUNIOR; DINIZ, Leandro Rodrigues Alves Diniz. Avaliação em Língua Portuguesa. **Em Aberto**, Brasília, v. 32 n. 104, 2019. Disponível em: <http://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/emaberto/article/view/4197>. Acesso em: 07 dez. 2020.

Participação em Congressos, publicações e/ou pedidos de proteção intelectual:

A pesquisa supracitada, até o momento, foi divulgada nos seguintes eventos: XVI Semana de Letras e III Simpósio Nacional de Pós-Graduação em Estudos da Linguagem da UFOP (06/04/2021) e na Semana Nacional de Ciência e de Tecnologia do IFMG (22/10/2020), recebendo neste evento o prêmio de primeira colocação na categoria Pesquisa e Inovação: Linguagens, Literatura e Artes. Somado a isso, a pesquisa mencionada neste resumo expandido foi apresentada ao sétimo período de Letras da PUC Minas (03/04/2021).